



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Real Corpo de Engenheiros)**

**DIEx nº 251-DPIMA/DEC - CIRCULAR
EB: 64444.003901/2019-35**

Brasília, DF, 1º de maio de 2019.

Do Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar, Comandante da 1ª Região Militar, Comandante da 2ª Região Militar, Comandante da 4ª Região Militar, Comandante da 8ª Região Militar, Comandante do 1º Grupamento de Engenharia, Comandante do 2º Grupamento de Engenharia, Comandante do 3º Grupamento de Engenharia, Comandante do 4º Grupamento de Engenharia, Comandante do 5º Grupamento de Engenharia

Assunto: Portaria SPU nº 7.152, de 13 JUL 18 - Delegação de Competência

Anexo: PORTARIA_Nº_7.152,_DE_13_DE_JULHO_DE_2018_-_Diário_Oficial_da_União_-_It

1. Acerca do assunto, solicito a V Exa tornar sem efeito o DIEx nº 37-SSEE/DPIMA, de 10 SET 18, que trata da delegação de competência para a formalização dos processos de arrendamento, permissão de uso e concessão de direito real de uso resolúvel de imóveis da União sob jurisdição do Comando do Exército.

2. Do exposto e tendo em vista orientar as GU e OM da área desse Comando Militar, solicito a V Exa divulgar a todas as OM subordinadas o que se segue:

- foi publicada a Portaria SPU nº 7.152, de 13 de julho de 2018, no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2018, Seção 1, página nº 79, que alterou o "parágrafo único" do Art 1º da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, que passou a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Nos contratos referentes às alienações, arrendamentos, termos de permissão de uso e concessões de direito real de uso de imóveis da União administrados pelas Forças Armadas através de entrega formalizada, fica delegada competência para a assinatura aos respectivos Comandantes, quando for o caso."

3. Em consequência e considerando o previsto na alínea "a", do inciso I, do art. 1º da Portaria nº 1.700-Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017, o Cmt Ex resolveu:

"Art. 1º Delegar competência para a prática de atos administrativos, na forma da legislação em vigor, desde que não impliquem aumento de efetivo ou despesas não programadas, às seguintes autoridades:

I - ao chefe do EME, ODS e OADI ao Comandante do Exército, aos comandantes militares de área e do COTER, no que diz respeito: a) à celebração e rescisão, como representante do EB, de instrumentos de parceria e mútua cooperação, de contratos, de ajustes e seus respectivos termos aditivos, de interesse de sua área ou de seus órgãos subordinados, com entidades da administração pública ou privada, sendo admitida a subdelegação até Comandante de Região Militar ou equivalente;"

4. Assim, este Departamento informa que os contratos e termos aditivos referentes à cessão de uso de imóveis da União em finalidade complementar, deverão ser assinados, desde que atendidas às Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando do Exército (IG 10-03), bem como às Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (IR 50-13), pelas seguintes autoridades:

a. Comandantes de Grupamento de Engenharia (Gpt E): locação, arrendamento e concessão de direito real de uso resolúvel (CDRUR); e

b. Comandantes, Chefes ou Diretores de OM: permissão de uso e cessão de uso para atividade de apoio.

5. As competências do Gpt E serão atribuídas aos Comandantes das Regiões Militares, caso não exista Gpt E subordinado ao mesmo C Mil A ou o Gpt E não possua autonomia administrativa.

6. Nesse contexto, este ODS informa a V Exa que já está em andamento a proposta de alteração da Portaria nº 57-DEC, de 6 SET 18, visando ratificar a subdelegação de competência prevista na Portaria nº 1.700-Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017, para a celebração de contratos e seus respectivos termos aditivos aos Cmt Gpt E / RM.

7. Ratifico, ainda, a V Exa as demaís competências delegadas na Portaria nº 1.700-Cmt Ex, de 8 de dezembro de 2017, no que se refere ao trâmite patrimonial que deve ser observado para a formalização das referidas propostas de cessão de uso (permissão de uso, cessão de uso para atividade de apoio, arrendamento, locação e concessão de direito real de uso resolúvel):

a. ao Comandante do Exército compete a autorização dos processos de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), que deverão ser instruídos pelas OM, complementados pelos Gpt E, encaminhados para análise da DPIMA e apreciados e aprovados pelo Ch DEC;

b. ao Chefe do DEC compete a apreciação e aprovação dos processos de locação, arrendamentos com rendas mensais acima de R\$ 10.000,00, Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), que deverão ser instruídos pelas OM, complementados pelos Gpt E e encaminhados para análise da DPIMA; e

c. aos Comandantes de Grupamento de Engenharia (Gpt E) compete a apreciação e aprovação dos processos de arrendamentos com rendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, que deverão ser instruídos pelas OM e complementados pelos Gpt E.

8. Isto posto, ressalto que a sequência das ações para a assinatura dos processos de utilização em finalidade complementar sob os regimes de Arrendamento e Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR) dos imóveis jurisdicionados ao Comando do Exército deverá seguir o encaminhamento abaixo especificado:

a. a OM responsável administrativamente pelo imóvel deverá solicitar autorização ao

Comando Administrativo enquadrante para o início do processo administrativo;

b. após autorizado, a OM deverá instruir o processo respectivo, conforme as Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando do Exército (IG 10-03), bem como as Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (IR 50-13); e

c. encaminhá-lo novamente ao Comando Administrativo enquadrante para fins de complementação e análise quanto à conveniência, oportunidade e viabilidade econômica, sendo que:

1) nos processos de arrendamentos com rendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, admitida a viabilidade econômica pelo Comando Administrativo enquadrante, o mesmo será responsável por promover todos os atos necessários à assinatura do instrumento jurídico correspondente;

2) nos processos de locação, arrendamentos com rendas mensais acima de R\$ 10.000,00, Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), admitida a viabilidade econômica pelo Comando Administrativo enquadrante, o mesmo deve encaminhar o processo administrativo ao comandante militar de área para obter parecer e, ato contínuo:

- o Comando Militar de Área, por sua vez, deverá encaminhar o processo para análise da DPIMA e posterior aprovação pelo Chefe do Departamento de Engenharia e Construção.

3) nos processos de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel, após a aprovação pelo Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, o processo deverá ser submetido à autorização pelo Comandante do Exército e, consequentemente:

- após autorizada a CDRUR pelo Comandante do Exército, o Comando Administrativo enquadrante será responsável por promover todos os atos necessários à assinatura do instrumento jurídico correspondente.

9. Por fim, a DPIMA está à disposição de V Exa para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Gen Div ANTONIO CÉSAR ALVES ROCHA
Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção

**"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE
PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"**